Sumário

Palavras Prévias – 15ª edição (à guisa de apresentação)	25
Apresentação	29
Prefácio.....	31
Capítulo I ► Introdução e Princípios Constitucionais do Direito das Famílias.....	33
1. As famílias.....	35
1.1 Modelando a importância e a feição das famílias	35
1.2 A evolução da compreensão jurídica e social da família e os seus referenciais contemporâneos.....	36
1.3 A fotografia contemporânea da família enquanto instituição jurídica e social (a família da pós-modernidade).....	38
1.4 Noções conceituais contemporâneas: a família como instrumento de proteção avançada da pessoa humana (visão civil-constitucional da família).....	41
2. O direito das famílias.....	44
2.1 Noções conceituais	44
2.2 Estrutura do Direito das Famílias.....	46
2.3 Objeto de estudo do Direito das Famílias.....	46
2.4 A natureza jurídica (enquadramento topológico) das normas do Direito das Famílias	47
2.5 A intervenção mínima do Estado nas relações familiares (o Direito das Famílias mínimo)...	48
2.6 A privacidade familiar	51
3. Importância e conteúdo atual do afeto como elemento estrutural da família contemporânea: postulado normativo aplicativo das normas.....	54
4. Fontes do direito das famílias	58
5. As garantias constitucionais das relações familiares (princípios constitucionais do direito das famílias e as suas tendências contemporâneas).....	60
5.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios	60
5.2 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras.....	62
5.3 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito das Famílias	64
5.4 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de utilização da técnica de derrotabilidade (superabilidade ou <i>defeasibility</i>) nos extreme cases (casos extremos).....	67
5.5 A vinculação do tecido normativo do direito das famílias aos princípios constitucionais....	73
5.6 As famílias na Constituição da República de 1988 e a cláusula geral de inclusão (a família eudemonista)	75
5.7 A não taxatividade do rol constitucional	77
5.8 Princípios constitucionais específicos do direito das famílias.....	78
5.8.1 Princípio da pluralidade das entidades familiares.....	78
5.8.2 Princípio da igualdade (isonomia) entre o homem e a mulher	100

5.8.3	Princípio da igualdade substancial entre os filhos	111
5.8.4	Princípio do planejamento familiar e da responsabilidade parental (o tratamento jurídico da alienação parental).....	112
5.8.5	Princípio da facilitação da dissolução do casamento.....	116
6.	A aplicação do Direito das Famílias e os desacordos morais razoáveis.....	118
7.	A aplicação da boa-fé objetiva nas relações familiares (o abuso do direito, o <i>venire contra factum proprium</i> e a <i>supressio/surrectio</i> nas relações familiares).....	120
7.1	A confiança como valor jurídico das relações privadas.....	120
7.2	A confiança nas relações patrimoniais de família: a boa-fé objetiva.....	122
7.3	Aplicação do <i>venire contra factum proprium</i> e da <i>supressio e surrectio</i> no âmbito das relações familiares.....	123
7.4	A confiança nas relações familiares pessoais: o afeto como valor jurídico tutelável (o afeto como postulado das relações familiares, e não como princípio).....	128
8.	A função social da família.....	132
9.	Responsabilidade civil nas relações de família e o cabimento das medidas de tutela específica, inclusive <i>astreintes</i>	134
10.	A perda de uma chance nas relações de família	141
11.	O procedimento especial dedicado às ações de família pelo Código de Processo Civil de 2015..	145
11.1	O cabimento do procedimento especial das ações de família e as suas exceções	145
11.2	Ressuscitando da mansão dos mortos: a possibilidade de separação	147
11.3	Especificidade do procedimento especial das ações de família: a mediação familiar obrigatória.....	148
11.4	O <i>iter</i> procedimental das ações de família.....	153
11.5	A intervenção do Ministério Público	155
11.6	Indícios de abuso ou alienação parental.....	156
11.7	A questão da revelia nas ações de família	158
11.8	Os poderes do juiz nas ações de família.....	158
11.9	A incidência da teoria da carga probatória dinâmica nas ações de família e a distribuição do ônus da prova.....	159
11.10	A desconsideração da personalidade jurídica nas ações de família	161
11.11	A interdisciplinaridade (multiprofissionalidade) nas ações de família	167
11.12	A excepcional possibilidade de utilização de prova ilícita nas ações de família	168
11.13	Os negócios jurídicos processuais em ações de família.....	172
Capítulo II ► O Casamento (A Família Matrimonializada).....		175
1.	Uma visão constitucional do casamento.....	176
2.	Estrutura jurídica do casamento	178
2.1	Noções conceituais	178
2.2	Finalidades do casamento.....	182
2.3	Natureza jurídica do casamento	185
2.4	Características do casamento	186
2.5	Prova do casamento	189
2.6	Os sponsais (a promessa de casamento e os seus efeitos jurídicos).....	191
2.7	Agências de casamento (corretagem matrimonial).....	195
2.8	Modalidades de casamento e o modelo civil de casamento adotado pelo sistema brasileiro....	196

2.9	Impedimentos matrimoniais	200
2.9.1	Noções conceituais	200
2.9.2	Oposição dos impedimentos matrimoniais	201
2.9.3	Classificação dos impedimentos.....	204
2.9.4	Impedimentos resultantes do parentesco	205
2.9.5	Impedimento resultante de casamento anterior (proibição da bigamia)	210
2.9.6	Impedimento resultante da prática de crime.....	211
2.10	Causas suspensivas matrimoniais	212
2.10.1	Noções conceituais.....	212
2.10.2	Oposição das causas suspensivas	214
2.10.3	Causas suspensivas fundadas na confusão patrimonial.....	215
2.10.4	Causas suspensivas fundadas em confusão de sangue (<i>turbatio sanguinis</i>).....	216
2.10.5	Causa suspensiva fundada em tutela ou curatela	216
2.10.6	Possibilidade de afastamento de causas suspensivas.....	217
2.11	A habilitação para o casamento	218
2.11.1	Lineamentos gerais sobre a habilitação para o casamento.....	218
2.11.2	A capacidade para o casamento, a impossibilidade de suprimento judicial de idade e a possibilidade de suprimento judicial do consentimento dos pais	219
2.11.3	O novo (e simplificado) procedimento de habilitação e as suas diferentes fases.....	223
2.12	Casamento de militares.....	228
2.13	Casamento dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro	229
2.14	Contrato de emprego entre cônjuges.....	230
3.	Existência, validade e eficácia do casamento	230
3.1	Os planos do mundo jurídico aplicáveis ao casamento	230
3.2	A existência do casamento	232
3.3	A validade do casamento	236
3.3.1	Generalidades	236
3.3.2	O casamento nulo (invalidade absoluta).....	238
3.3.3	O casamento anulável (invalidade relativa)	242
3.3.4	Anulabilidade por erro essencial sobre a pessoa do cônjuge.....	251
3.3.5	Quadro comparativo das características do casamento nulo e do anulável.....	254
3.3.6	O casamento putativo	255
4.	Celebração do casamento	257
4.1	Noções gerais.....	257
4.2	Formalidades da celebração.....	259
4.3	O momento da celebração	260
4.4	O casamento consular	262
4.5	O casamento religioso com efeitos civis posteriores.....	263
4.6	Conversão da união estável em casamento.....	266
4.7	Formas excepcionais de casamento: o casamento em iminente risco de vida e o casamento nuncupativo.....	268
5.	Efeitos jurídicos decorrentes do casamento.....	272
5.1	Generalidades	272
5.2	Efeitos sociais	273

5.3	Efeitos pessoais.....	276
5.3.1	Noções gerais.....	276
5.3.2	A possibilidade de acréscimo do sobrenome do cônjuge.....	278
5.3.3	Fixação do domicílio conjugal.....	282
5.3.4	Os direitos e deveres recíprocos.....	283
5.4	Efeitos patrimoniais.....	289
5.5	A não fluência de prazo prescricional entre cônjuges na constância do casamento e a possibilidade de usucapião conjugal (usucapião por abandono de lar).....	291
5.6	As relações jurídicas entre os cônjuges-empresários.....	296
Capítulo III ► O Regime de Bens do Casamento		299
1.	O regime de bens em perspectiva civil-constitucional.....	299
1.1	Os efeitos econômicos dentre as múltiplas consequências decorrentes do casamento	299
1.2	Os efeitos econômicos do casamento e a possibilidade de controle através do regime de bens: o estatuto patrimonial do casamento.....	301
1.3	A teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana aplicada nas relações econômicas matrimoniais: o regime de bens à luz da normatividade constitucional	303
1.4	A teoria da análise econômica do Direito aplicável ao regime patrimonial das relações afetivas.....	306
1.5	A incidência da isonomia constitucional entre o homem e a mulher no regime de bens....	307
2.	Lineamentos sobre o regime de bens	309
2.1	Noções conceituais sobre o regime de bens.....	309
2.2	Princípios norteadores do regime de bens	310
2.2.1	Generalidades.....	310
2.2.2	O princípio da liberdade de escolha do regime de bens.....	310
2.2.3	O princípio da variedade dos regimes de bens.....	322
2.2.4	O princípio da mutabilidade motivada do regime de bens	323
2.3	Eficácia do regime de bens no casamento.....	333
2.4	Regime de bens na união estável	335
2.5	A possibilidade de utilização da teoria da desconsideração da personalidade jurídica nas questões atinentes ao regime de bens e o procedimento judicial previsto no Código de Processo Civil de 2015	336
3.	A administração de bens e a prática dos atos de disposição.....	342
3.1	A prática de atos jurídicos pelas pessoas casadas.....	342
3.2	Atos que independem do consentimento do consorte.....	343
3.3	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	346
3.4	Atos que dependem do consentimento do cônjuge.....	346
3.4.1	A exigência de consentimento para determinados atos	346
3.4.2	(In)aplicabilidade da exigência de outorga do companheiro na união estável.....	351
3.4.3	Inaplicabilidade às pessoas casadas em regime de separação absoluta de bens ...	353
3.4.4	Possibilidade de suprimento judicial do consentimento.....	354
3.4.5	A anulabilidade do ato praticado sem autorização do cônjuge e a impossibilidade de abuso do direito (a incidência do <i>venire contra factum proprium</i> – proibição de comportamento contraditório).....	355
3.4.6	Impossibilidade de gestão patrimonial por um dos consortes.....	359

4. O pacto antenupcial	359
4.1 Noções conceituais, natureza jurídica e conteúdo	359
4.2 Formalidades essenciais e o registro em cartório de imóveis.....	363
4.3 Pacto antenupcial celebrado por nubentes menores de idade.....	365
4.4 Permissivo de dispensa de outorga do cônjuge no regime de participação final nos aquestos....	366
4.5 Possibilidade de cláusula de acordo de procedimento (negócio jurídico processual atípico) no pacto antenupcial	367
5. Os diferentes regimes de bens	368
5.1 Generalidades	368
5.2 O regime de comunhão parcial de bens	369
5.3 O regime de comunhão universal de bens	381
5.4 O regime de separação convencional ou absoluta de bens.....	386
5.5 O regime de participação final nos aquestos.....	392

Capítulo IV ► A Dissolução do Casamento (O Divórcio) 397

1. Uma compreensão constitucional da dissolução do casamento: o direito de não permanecer casado	398
2. A dissolução do casamento	402
2.1 Escorço histórico evolutivo da dissolução do casamento	402
2.2 Os antecedentes da Emenda Constitucional nº 66/10.....	403
2.3 O sistema de dissolução do casamento: unitário ou dualista?.....	405
2.4 Um réquiem para a separação: se ainda não morreu, está moribunda	408
2.5 Hipóteses de cabimento da separação (se admitida a sua incidência, na forma do Código de Processo Civil de 2015).....	413
2.6 Questões intertemporais para a hipótese de eliminação da separação do sistema jurídico brasileiro.....	415
2.7 A separação de corpos como medida jurídica possível e a possibilidade de mandado de distanciamento.....	416
2.8 A importância da separação de fato como um instrumento idôneo para cessar efeitos jurídicos do casamento (teoria da primazia da realidade afetiva).....	420
2.9 A dissolução do casamento pela morte	423
2.10 A morte presumida como causa dissolutória do casamento	425
3. O divórcio.....	427
3.1 O divórcio em perspectiva histórica e em leitura civil-constitucional	427
3.2 Noções conceituais	430
3.3 Requisito constitucional único para o divórcio.....	432
3.4 Objeto cognitivo da ação de divórcio e a possibilidade de resolução parcial do mérito da causa (art. 356 do Código de Processo Civil de 2015).....	433
3.5 Superação do regime diferenciado do divórcio	436
3.6 O divórcio litigioso e o divórcio consensual	437
3.7 O divórcio consensual.....	437
3.7.1 Generalidades.....	437
3.7.2 O divórcio consensual em juízo.....	438
3.7.3 O divórcio consensual por escritura pública (o divórcio administrativo)	443
3.8 O divórcio litigioso	447

4. Características (materiais e processuais) do divórcio (APLICÁVEIS TAMBÉM À SEPARAÇÃO)	450
5. Situações patrimoniais controvertidas no divórcio	464
5.1 A possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica no divórcio e o procedimento especial estabelecido pelo Código de Processo Civil de 2015	464
5.2 Outras controvérsias patrimoniais relevantes	470
Capítulo V ► A União Estável (A Família Convivencial)	479
1. Uma mirada civil-constitucional sobre a união estável.....	480
2. Escorço histórico: a união estável na lente da jurisprudência brasileira	485
3. A união estável, o concubinato e a sociedade de fato: distinções necessárias	491
3.1 A união livre e a sociedade de fato	491
3.2 O concubinato, o seu tratamento jurídico e as vedações do sistema legal: inadmissibilidade de simultaneidade de núcleos familiares pelo sistema jurídico.....	492
3.3 A união estável	497
3.4 O poliamorismo e a possibilidade de caracterização de uma união estável putativa.....	499
4. Elementos caracterizadores da união estável	501
4.1 Noções gerais.....	501
4.2 O <i>intuitu familiae</i> (ânimo de constituir uma família)	503
4.3 A questão da dualidade de sexos e as uniões de pessoas do mesmo sexo (as uniões homoafetivas)	505
4.4 A estabilidade	508
4.5 A continuidade	508
4.6 A publicidade	509
4.7 A ausência de impedimentos matrimoniais e não incidência das causas suspensivas	510
4.8 A união estável putativa e a possibilidade excepcional de simultaneidade de núcleos familiares.....	512
5. Efeitos pessoais da união estável.....	515
5.1 As relações pessoais entre os companheiros.....	515
5.2 Os deveres recíprocos entre os companheiros e a dispensa da coabitação	518
5.3 Direito ao uso do sobrenome do companheiro	520
5.4 Estabelecimento de vínculo de parentesco por afinidade.....	522
5.5 Adoção por companheiros em união estável.....	522
5.6 Exercício da curatela pelo companheiro na ação de interdição e na ação declaratória de ausência.....	523
5.7 Sub-rogação e retomada na locação de imóvel urbano.....	524
5.8 A questão da indenização por descumprimento dos deveres pessoais entre os companheiros (a responsabilidade civil na união estável).....	525
5.9 Enquadramento como herdeiro necessário.....	526
5.10 Impedimento para testemunhar	527
6. Efeitos patrimoniais.....	528
6.1 As consequências econômicas da união estável.....	528
6.2 O regime de bens e o direito à meação	529
6.3 O contrato de convivência na união estável e seus efeitos	537
6.3.1 Contornos gerais do contrato de convivência	537
6.3.2 A celebração do contrato de convivência e a sua modificabilidade	538

6.3.3	Eficácia do pacto convivencial	539
6.3.4	Conteúdo	540
6.3.5	O contrato de namoro e os seus efeitos sobre a união estável.....	541
6.3.6	O contrato de convivência e os companheiros sócios.....	542
6.4	Alimentos na união estável.....	544
6.5	A sucessão entre os companheiros	546
6.6	O direito real de habitação	547
6.7	Direito aos benefícios previdenciários	549
6.8	Direito à inventariança.....	550
6.9	Efeitos tributários.....	550
6.10	Impenhorabilidade do bem de família	551
7.	Conversão da união estável em casamento	552
8.	Aspectos processuais da união estável	554
8.1	A competência da vara de família para processar e julgar ações atinentes à união estável	554
8.2	Segredo de justiça, revelia e inexistência de foro privilegiado em favor da companheira pela simples condição de mulher	555
8.3	Intervenção do Ministério Público	558
9.	Ações típicas da união estável.....	558
9.1	Generalidades	558
9.2	Reconhecimento e dissolução de união estável	559
9.3	Ação de petição de herança.....	560
9.4	Ações possessórias.....	561
9.5	Alimentos.....	561
9.6	Embargos de terceiros.....	562
10.	União estável, direito intertemporal e a aquisição de bens em diferentes momentos.....	562

Capítulo VI ► A parentalidade..... 565

1.	O parentesco na perspectiva civil-constitucional.....	565
2.	As estruturas elementares da parentalidade	569
2.1	Prolegômenos.....	569
2.2	Noções conceituais sobre a parentalidade.....	571
2.3	O vínculo parental: linhas e graus.....	573
2.4	Efeitos jurídicos decorrentes da parentalidade.....	576
3.	As espécies de PARENTALIDADE	578
3.1	Espécies de parentalidade	578
3.2	O parentesco por afinidade.....	581
3.3	O parentesco e a obrigação alimentar.....	586

Capítulo VII ► A Filiação e o Reconhecimento de Filhos 591

1.	A filiação à luz de uma interpretação conforme a constituição	592
2.	Noções elementares sobre a filiação.....	595
2.1	Noções conceituais sobre a filiação.....	595
2.2	Breve referência histórica sobre a filiação: um histórico de desigualdades	598
2.3	A prova da filiação e a admissibilidade da posse do estado de filho.....	600

2.4	A filiação decorrente de gestação em útero alheio (“barriga de aluguel” ou gestação por substituição)	605
2.5	A questão da responsabilidade civil na filiação.....	609
2.6	O parto anônimo (roda dos enjeitados) e a questão filiatória.....	616
2.7	A filiação e o planejamento familiar garantido constitucionalmente e o direito ao bebê salvador/medicamento	622
3.	CrITÉRIOS DETERMINANTES DA FILIAÇÃO	625
3.1	Generalidades	625
3.2	CrITÉRIO DA PRESUNÇÃO LEGAL (a presunção <i>pater is est</i>)	626
3.2.1	O significado e o alcance da presunção <i>pater is est</i>	626
3.2.2	A efetiva incidência da presunção de paternidade na união estável como mecanismo de garantia da igualdade entre os filhos.....	628
3.2.3	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação natural (mecanismo sexual)	631
3.2.4	Aplicação da presunção <i>pater is est</i> na procriação assistida.....	633
3.2.5	A possibilidade de negar a filiação presumida por lei (ação negatória de paternidade ou maternidade)	643
3.3	CrITÉRIO BIOLÓGICO (exame DNA)	647
3.4	CrITÉRIO AFETIVO (a filiação socioafetiva)	650
3.5	A multiparentalidade ou pluriparentalidade (teoria tridimensional aplicada à filiação).....	657
3.6	A coparentalidade e os seus efeitos jurídicos.....	662
4.	O RECONHECIMENTO DE FILHOS	664
4.1	Breve esboço histórico sobre o reconhecimento de um filho	664
4.2	Noções gerais sobre o reconhecimento de filhos.....	665
4.3	O reconhecimento voluntário de filhos	666
4.4	O procedimento (administrativo) de averiguação oficiosa	674
4.5	O reconhecimento forçado de filhos (a ação de investigação de parentalidade).....	676
4.5.1	Noções gerais.....	676
4.5.2	A investigação de parentalidade (e não somente de paternidade).....	677
4.5.3	A investigação de parentalidade e a investigação de origem genética (investigação de origem ancestral): distinções relevantes	677
4.5.4	Possibilidade de uso das ações relativas ao estado filiatório pelos filhos e pelos pais...	681
4.5.5	Impossibilidade de limitação das hipóteses de admissibilidade (fundamentos da ação) e o cabimento da investigação de parentalidade socioafetiva	683
4.5.6	Natureza jurídica das ações filiatórias	684
4.5.7	Imprescritibilidade	685
4.5.8	Possibilidade de cumulação com outros pedidos	686
4.5.9	Legitimidade ativa.....	687
4.5.10	Legitimidade passiva.....	694
4.5.11	Litisconsórcio.....	695
4.5.12	Intervenção do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica (<i>custos juris</i>)	696
4.5.13	Competência	697
4.5.14	A resposta do réu e a <i>exceptio plurium concubentium</i>	698
4.5.15	A revelia nas ações investigatórias e os seus efeitos	699
4.5.16	A prova nas ações investigatórias de parentalidade	700

4.5.17	A sentença nas ações filiatórias, a fixação de alimentos e o registro do sobrenome de família	709
4.5.18	Recursos e os seus efeitos	711
4.5.19	A desistência nas ações investigatórias de parentalidade	714
4.5.20	A coisa julgada nas ações filiatórias	715
Capítulo VIII ► A Guarda de Filhos		719
1.	A guarda DE FILHOS em visão conforme a Constituição	720
2.	O regime dualista da guarda no sistema jurídico brasileiro	721
3.	A guarda de filhos e o melhor interesse da criança ou adolescente	725
4.	A guarda de filhos no Código Civil: unilateral e compartilhada	727
5.	A guarda compartilhada	733
5.1	Noções gerais sobre a guarda compartilhada	733
5.2	Critérios para o compartilhamento da guarda	735
5.3	Guarda compartilhada coativa?	737
5.4	Separando o joio do trigo: distinções relevantes entre a guarda compartilhada e a guarda alternada e suas possibilidades	738
5.5	A possibilidade de compartilhamento da guarda nas demandas litigiosas: da normatividade expressa para além do texto codificado	741
5.6	Guarda compartilhada com pais residindo em locais diferentes	745
5.7	Guarda compartilhada, pluriparentalidade e fixação entre diferentes parentes	746
5.8	Guarda compartilhada como medida de prevenção à alienação parental	747
6.	A guarda e a possibilidade de mudança de domicílio do guardião	748
7.	O apadrinhamento de criança e adolescente como mecanismo de inclusão social, prioridade absoluta e proteção integral e a sua distinção com a guarda	750
Capítulo IX ► Os Alimentos		755
1.	Os alimentos na visão civil-constitucional	756
1.1	Os alimentos na perspectiva do direito civil-constitucional: instrumento de afirmação da dignidade da pessoa humana	756
1.2	Os alimentos como expressão do princípio constitucional da solidariedade e do direito social à alimentação	757
2.	Noções gerais sobre os alimentos	760
2.1	Noções conceituais e natureza jurídica	760
2.2	Características	762
2.2.1	Generalidades	762
2.2.2	Caráter personalíssimo	763
2.2.3	Irrenunciabilidade	763
2.2.4	Atualidade	766
2.2.5	Futuridade	767
2.2.6	Imprescritibilidade	767
2.2.7	(In)Transmissibilidade	768
2.2.8	A não solidariedade da obrigação alimentícia e a possibilidade de convocação dos demais coobrigados (CC, art. 1.698)	772
2.2.9	Irrepetibilidade e o descabimento da suspensão automática do pensionamento ..	779

2.2.10	Incompensabilidade	781
2.2.11	Impenhorabilidade	782
2.3	Dever e obrigação alimentar: um bosquejo distintivo	784
2.4	Sujeito ativo e sujeito passivo dos alimentos.....	785
2.4.1	Noções gerais sobre os sujeitos da obrigação alimentar.....	785
2.4.2	Alimentos entre cônjuges	785
2.4.3	Alimentos decorrentes do parentesco	796
2.5	Fixação do quantum alimentício (o trinômio necessidade de quem recebe × capacidade contributiva de quem paga × proporcionalidade).....	819
2.6	A indignidade do alimentando (credor) e os seus possíveis efeitos jurídicos	821
3.	Espécies de alimentos (classificação dos alimentos).....	824
3.1	Generalidades	824
3.2	Quanto à origem: legítimos, voluntários e ressarcitórios.....	824
3.3	Quanto à natureza: civis e naturais (para a subsistência)	825
3.4	Quanto ao momento procedimental para a sua concessão: provisórios e definitivos	826
3.5	Alimentos transitórios.....	828
4.	Aspectos processuais dos alimentos.....	830
4.1	Noções gerais sobre as características procedimentais dos alimentos	830
4.2	Competência para processar e julgar a ação de alimentos.....	831
4.3	A legitimidade para as ações relacionadas aos alimentos, inclusive do Ministério Público..	832
4.4	O procedimento na ação de alimentos.....	835
4.4.1	Petição inicial	835
4.4.2	Despacho liminar e os alimentos provisórios.....	835
4.4.3	A citação do réu e os seus efeitos.....	836
4.4.4	Audiência única de conciliação, instrução e julgamento.....	837
4.4.5	Intervenção do Ministério Público como custos juris (fiscal da ordem jurídica)	839
4.4.6	A sentença e o cálculo do valor da pensão alimentícia	840
4.4.7	A possibilidade de fixação de alimentos com base na teoria da aparência (sinais externos de riqueza).....	845
4.4.8	Recurso cabível.....	846
4.4.9	A coisa julgada na ação de alimentos	847
4.5	A possibilidade de revisão dos alimentos e o âmbito de cabimento da ação revisional.....	848
4.6	A ação de oferta de alimentos	850
4.7	A ação de exoneração de alimentos e as suas peculiaridades procedimentais.....	852
4.8	Os alimentos internacionais	855
4.9	A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica (<i>disregard doctrine</i>) no âmbito alimentício e o procedimento especial previsto no Código de Processo Civil de 2015 ..	856
5.	A execução dos alimentos.....	862
5.1	A efetivação dos alimentos e as idiosincrasias da sua execução: medidas disponibilizadas para a efetivação da obrigação alimentar.....	862
5.2	Execução de alimentos decorrentes de título extrajudicial e as múltiplas técnicas disponibilizadas ao credor	865
5.3	Execução de alimentos decorrentes de título judicial (cumprimento de decisão judicial que arbitrou alimentos): a variabilidade e a cumulabilidade de técnicas executivas	868
5.4	A prisão civil do devedor de alimentos	874

5.5	A questão da execução dos alimentos pretéritos na visão clássica jurisprudencial e doutrinária e à luz da técnica de ponderação de interesses constitucionais.....	876
6.	A prestação de contas em alimentos.....	879
7.	A ação de reembolso e o seu amplo espectro de cabimento.....	883
8.	A impossibilidade de alegação da teoria do adimplemento substancial (<i>substancial performance</i>) nas obrigações alimentícias.....	885
9.	O abuso do direito e os alimentos e a possibilidade de aplicação das figuras do <i>venire contra factum proprium</i> e <i>spressio/surrectio</i>	887

Capítulo X ► O Bem de Família..... 891

1.	O bem de família como consequência da teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito constitucional ao mínimo existencial).....	892
2.	O bem de família no direito brasileiro.....	896
2.1	A dualidade de regimes.....	896
2.2	O valor da família e a proteção do imóvel do devedor sozinho.....	897
2.3	Natureza jurídica do bem de família.....	899
3.	O bem de família convencional.....	899
3.1	Noções conceituais.....	899
3.2	Extensão da proteção.....	900
3.3	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário.....	902
3.4	Legitimação para a instituição do bem de família convencional.....	902
3.5	Duração.....	903
3.6	A questão da solvência do instituidor.....	903
3.7	O Ministério Público e o bem de família.....	904
4.	O bem de família legal.....	904
4.1	Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial.....	904
4.2	Alargamento do objeto.....	906
4.3	Constitucionalidade do regime legal do bem de família.....	910
4.4	Característica do bem de família legal.....	911
4.5	A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor.....	911
4.6	Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal.....	917
4.7	Retroatividade.....	925
4.8	Ampla compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de residência efetiva.....	925
4.9	Alegação no processo e oferta voluntária de bem de família à penhora pelo devedor.....	927
5.	Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu patrimônio mínimo, inclusive o bem de família da pessoa humana sozinha.....	929

Capítulo XI ► A Tutela e a Curatela dos Interditos (Institutos Protetivos Complementares da Família)..... 933

1.	Institutos protetivos da família na ótica civil-constitucional.....	934
2.	A tutela.....	935

2.1	A tutela como instrumento de concretização da proteção integral constitucionalmente dedicada à criança e ao adolescente (e estendida ao jovem, pela Emenda Constitucional nº 65/10).....	935
2.2	Noções conceituais sobre a tutela à luz dos valores constitucionais infantojuvenis.....	937
2.3	Modalidades de tutela.....	939
2.4	Manifestação de vontade do tutelado.....	943
2.5	Incapacidade para a tutela.....	943
2.6	Escusa dos tutores.....	945
2.7	Garantia da tutela.....	947
2.8	O protutor.....	949
2.9	Ação de nomeação de tutor.....	950
2.10	Exercício da tutela.....	954
2.10.1	Generalidades.....	954
2.10.2	O exercício da tutela em relação à pessoa do tutelado.....	955
2.10.3	O exercício da tutela em relação ao patrimônio do tutelado.....	956
2.11	Responsabilidade judicial na tutela.....	958
2.12	Responsabilidade do tutor pelo dano causado pelo tutelado (responsabilidade pelo fato de terceiro).....	959
2.13	Prestação de contas.....	960
2.14	Extinção da tutela.....	962
3.	A curatela.....	964
3.1	A personalidade e a capacidade jurídica.....	964
3.2	Noções gerais sobre a capacidade jurídica.....	966
3.3	A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação.....	967
3.4	A capacidade de direito e a capacidade de fato.....	968
3.5	A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).....	969
3.6	O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil.....	975
3.7	Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão).....	981
3.8	As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA).....	989
3.9	A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão).....	996
3.10	Críticas (justas) à teoria das incapacidades.....	997
3.11	O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela.....	1000
3.11.1	As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional).....	1000
3.11.2	A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatelar situações existenciais).....	1003
3.11.3	A ação de curatela.....	1006
3.12	A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela.....	1025
3.13	Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva.....	1026
3.14	A curatela especial do nascituro.....	1027

Capítulo XII ► A Adoção e o seu Regime Jurídico	1029
1. Uma visão constitucional da adoção	1030
2. Generalidades sobre a adoção	1032
2.1 Noções conceituais	1032
2.2 Dualidade de sistemas jurídicos	1034
2.3 A relevância do consentimento e hipóteses de dispensa	1037
2.4 O estágio de convivência	1041
2.5 Legitimidade para a adoção.....	1042
2.6 A adoção unilateral e a adoção por duas pessoas.....	1046
2.7 A adoção pelo par homoafetivo	1049
2.8 A adoção “à brasileira”	1052
2.9 (Im)Possibilidade da adoção de nascituro e de embriões	1053
2.10 A adoção póstuma.....	1054
2.11 O direito ao parto anônimo (parto em sigilo) e a sua correlação com a adoção.....	1058
2.12 Efeitos jurídicos da adoção	1060
2.13 A possibilidade de mudança de nome na adoção	1062
2.14 O desligamento do núcleo familiar: a irrevogabilidade e irretratabilidade da adoção e a possibilidade excepcional de derrotabilidade da regra legal.....	1063
3. Aspectos processuais da adoção	1066
3.1 Generalidades: o procedimento judicial de adoção	1066
3.2 Competência	1068
3.3 A atuação do Ministério Público.....	1070
3.4 O cadastro, o procedimento de habilitação dos pretendentes à adoção e a excepcionalidade da adoção <i>intuitu personae</i>	1070
3.5 A sentença no procedimento de adoção	1075
3.6 O sistema recursal da ação de adoção e a possibilidade de juízo de retratação	1075
4. A possibilidade de APADRINHAMENTO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE em programa de acolhimento familiar ou institucional	1076
5. A sistemática da adoção internacional.....	1079
Bibliografia	1081